



AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: PRÁTICAS POLÍTICAS HÍBRIDAS¹

M. Francisca Pinheiro Coelho²

RESUMEN:

*AUTORITARISMO Y DEMOCRACIA EN
AMÉRICA LATINA: PRÁCTICAS POLÍTICAS
HÍBRIDAS*

Luego de una época de dictaduras, hay en América Latina actualmente un proceso de crecimiento de la democracia. Este artículo examina esos dos momentos, así como el hibridismo de prácticas democráticas y autoritarias en la actualidad. ¿Cómo son las prácticas autoritarias y democráticas en el presente? ¿Que haya habido dictadura, no significa que la historia vaya a repetirse.

Palabras claves: Autoritarismo, democracia, hibridismo, gobierno, redemocratización.

ABSTRACT:

*AUTHORITARIANISM AND DEMOCRACY IN LATIN
AMERICA: HYBRID POLITICAL PRACTICES*

The Latin American countries have had the experience of authoritarian regimes and are now going through a process towards democracy. This paper examines these two moments as well as the hybridism of present-day authoritarian and democratic practices. But even if dictatorships were part of Latin America history, it does not necessarily follow that they would recur.

Key words: Authoritarianism, democracy, hybridism, government, redemocratization.

RESUMO: *Os países da América Latina passaram por regimes autoritários e atualmente a região vivencia um processo de construção democrática. O trabalho desenvolve uma reflexão sobre esses dois momentos e o hibridismo de práticas democráticas e autoritárias na atualidade. Mas se as ditaduras fizeram parte da história da América Latina isso não significa que voltem a ocorrer.*

Palavras chaves: Autoritarismo, democracia, hibridismo, governo, redemocratização.

A América Latina tem se constituído ultimamente em importante fonte de reflexão das Ciências Sociais devido aos novos processos democráticos. Chama atenção a força da tendência democratizante na região e suas singularidades. Congressos e conferências discutem seus caminhos políticos, como foi o caso da II Semana de Política, do Instituto de Política da Universidade de Brasília, em maio de 2008, cujo tema foi a “América Latina: desafios e perspectivas”.

Na ocasião, participei como convidada da mesa-redonda “As ditaduras na América Latina”. Essa é uma matéria difícil de ser tematizada, por remeter a uma reflexão sobre o passado e possíveis riscos no presente, apesar de envolver realidades nacionais tão distintas. Contudo, há um traço comum das experiências do passado no presente na região: a existência de práticas políticas autoritárias nos processos democráticos. Se na América Latina, entre as

* Fecha de Recepción: Agosto 2008.

Fecha de Aceptación: Septiembre 2008.

¹ Por ocasião da conclusão deste trabalho, Ingrid Betencourt ainda encontrava-se no cativeiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc. Ela foi libertada em uma operação do governo Colombiano em 2 de julho de 2008, após seis anos e quatro meses de permanência na selva.

² Pinheiro Coelho, M. Francisca, Departamento de Sociología, Universidad de Brasilia, Brasilia, Brasil.

décadas de 1960 e 1980, o desafio era lutar contra as ditaduras militares, na atualidade, o desafio é a construção e consolidação da democracia.

No âmbito das indagações de como o presente convive com o legado do passado, este trabalho pretende desenvolver uma reflexão sobre os dois momentos, sugerindo o hibridismo de práticas democráticas e autoritárias. O objetivo é procurar dialogar com esses dois momentos, a partir da seguinte questão: As ditaduras na América Latina são uma realidade que pertence ao passado? O eixo, portanto, deste trabalho é o contraponto entre democracia e autoritarismo no contexto latino-americano.

Se as ditaduras fizeram parte da história da América Latina isso não quer dizer que elas voltem ou não a ocorrer. Como experiência histórica, seu ressurgimento vai depender de circunstâncias políticas específicas e, sobretudo da ação política individual ou coletiva, nem sempre previsível. Pelos desafios atuais e pela própria relação entre as instituições civis e militares os laços hoje predominantes são de construção da democracia.

Ao analisar as relações entre o poder civil e as forças armadas nos novos governos de centro esquerda na região, Alejo Vargas Velásquez destaca a adaptação dessas ao poder civil e o novo papel das forças armadas nas missões de paz. O autor faz uma comparação entre o papel atual das forças armadas e durante a guerra fria, quando em nome da doutrina de segurança nacional, atendiam aos interesses do imperialismo americano, suporte material e político dos golpes militares na região. Em que pese as diferenças, a tendência hoje, segundo Velásquez, é de uma convivência com a democracia:

Em los últimos años, las Fuerzas Armadas de América Latina han vivido procesos diversos. En la mayoría de los países de la región hay un esfuerzo por delimitar su campo de acción, orientado a la defensa y la seguridad nacional, especialmente exterior, y el ámbito de las policías dedicadas a los asuntos de seguridad pública y seguridad ciudadana.³

A análise do autor procede e pode-se dizer, depois de mais de duas décadas de redemocratização, no caso do Brasil são 23 anos, que não se corre o risco de uma ditadura a curto e médio prazo na América Latina. Se houvesse esse risco não seria de uma ditadura de direita, mas de esquerda ou de perfil esquerdizante. Mas mesmo assim, é pouco provável, pelo desgaste das bandeiras ortodoxas da esquerda, após a Queda do Muro de Berlim e do colapso do socialismo real.

Nas diferentes opções de construção de um projeto democrático e mesmo da denominada alternativa bolivariana para a América Latina, a palavra de ordem dominante é a construção da democracia. Práticas políticas autoritárias, com forte influência do populismo e de apelos nacionalistas, procuram se legitimar na região como soluções populares e democráticas. Mesmo no bloco bolivariano, do qual fazem parte Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua, onde essas práticas são mais freqüentes, não se faz referência à ditadura do proletariado, ou soluções semelhantes.⁴ Em outros termos, o que legitima os processos de mudança é a democracia.

Ao se debater o tema da ditadura, deve-se ter o cuidado para não se banalizar o uso do termo ou utilizar a palavra indevidamente, como se essa não se referisse a uma forma de

³ *Nueva Sociedad*, 213, enero-febrero, 2008, p. 85.

⁴ Para uma análise sobre a cultura política na Venezuela ver Rômulo Figueira Neves. *Cultura política e elementos de análise da política venezuelana*. Brasília, Instituto Rio Branco, 2008. (Dissertação de mestrado. Mimeog.)

governo específica, que suprime direitos políticos e garantias individuais. Os regimes autoritários, como ditaduras, tiranias, despotismo, totalitarismo, cada um deles a sua maneira, possuem denominações e caracterizações precisas.⁵

Hoje, em plena democracia, ouve-se com frequência o uso desses termos indiscriminadamente, para se referir a comportamentos e atitudes autoritárias não esperadas na democracia. Prefere-se aqui usar o termo autoritarismo como referência a atitudes e práticas políticas autoritárias, mas não a um regime. Essas posturas chegam a ameaçar a ordem de direito democrática, porém não se constituem em uma forma de governo.

Outras denominações, que também precisariam de maior precisão ao se definir hoje os processos de mudança na América Latina são os conceitos de populismo e nacionalismo que não são necessariamente regimes autoritários, mas movidos por práticas e atitudes antidemocráticas. O populismo seria um tipo específico de autoritarismo? Como classificar o populismo nessa oposição entre democracia e autoritarismo? Essas são questões que precisam ser aprofundadas no contexto atual das democracias na região.

Quer-se reter a idéia aqui de que enquanto a democracia é um valor universal, que tem como pressuposto a liberdade, na sua dimensão individual e política, o autoritarismo, seja ele qual for, revestido sob a forma populista ou nacionalista, de algum modo viola preceitos democráticos, pois afeta a livre manifestação de pensamento e expressão e de funcionamento do espaço público. E, principalmente, é importante frisar, que enquanto a democracia é um valor universal e preserva os direitos humanos, o autoritarismo, seja de direita ou de esquerda, é sempre igual, pela sua natureza opressora. O autoritarismo, seja qual for, é sempre a negação da democracia.

Em uma ditadura ou em um regime de exceção, não se convive com um estatuto legal. No Brasil, após o Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, em nome da ideologia de Segurança Nacional, o Estado podia tudo: prender, sem mandado de prisão, torturar, matar e sumir com os corpos, o que gerou o conceito de desaparecido político, para encobrir uma prática criminosa, prática que se tornou comum na América Latina. Quando se matava e não se sumia com o corpo simulava-se um acidente ou suicídio da vítima. Nesse período, inclusive, predominou a ideologia do terror, quando qualquer um podia ser considerado inimigo do Estado ou da segurança nacional. O general Emílio Garrastazu Médici, que comandou os chamados anos de chumbo (1969-1974), sentia-se poderoso ao dispor de uma lei de exceção: “*Eu posso. Eu tenho o AI-5 na mão e, com ele, posso tudo. Se eu não posso, ninguém mais pode.*”⁶ Na Argentina e no Chile, a repressão foi muito mais intensa do que no Brasil, com um número de mortos e desaparecidos muito maior.

O que aconteceu em Cuba, no processo de implantação do socialismo não foi muito diferente em termos de métodos da repressão, quando se perseguiu e se matou no paredão inimigos e dissidentes do partido. Na ilha, ainda hoje se violam os direitos humanos, com a perseguição e a prisão de dissidentes do regime, escritores, poetas, artistas, que muitas vezes só querem expressar livremente suas idéias. Muitos deles já velhos, talvez não tenham mais chances de saírem com vida da prisão.

⁵ Cf. Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

⁶ Cf. M. Francisca Pinheiro Coelho, *José Genoio – Escolhas políticas*. São Paulo, Centauro Editora, 2007. p. 211.

Em todas as épocas e regimes, a liberdade possui um único significado: o direito de ir e vir, a liberdade de pensamento, de manifestação e de associação. Viver sem ser vigiado e perseguido. E isso só é possível em uma democracia, seja em uma sociedade capitalista ou socialista. Liberdade é sempre liberdade, seja garantida pelas leis de um Estado burguês ou socialista.

Considerando, portanto, que o desafio da América Latina é a consolidação da democracia e a predominância da cidadania ativa em relação à cidadania passiva, os dilemas atuais podem ser melhor compreendidos ao se contrapor a democracia ao autoritarismo, na medida em que práticas autoritárias podem colocar em risco as garantias e regras do jogo democrático.⁷

Mas a democracia na América Latina tem suas especificidades e essas precisam ser identificadas e analisadas. O próprio conceito de democracia e os modelos definidos têm suas particularidades, que vão de uma democracia populista a uma democracia de negociação e de acordo. Mesmo a alternativa de uma nova esquerda democrática não se assemelha a proposta de terceira via concebida por Anthony Giddens, um projeto alternativo entre a social-democracia tradicional e o neoliberalismo. De acordo com o autor, “*A terceira via se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto ao neoliberalismo.*”⁸

Boa parte das alternativas democráticas na América Latina ainda está muito concentrada no papel do Estado e dos governantes e não na sociedade civil e na ação cívica. Na América Latina, existe uma esquerda ortodoxa, uma esquerda populista e uma nova esquerda, caracterizando-se essa pela ampliação dos canais de representação e participação democráticos.

Para Marta Lagos ao se procurar apreender as diferenças no processo de construção da democracia na América Latina, deve-se levar em conta tanto o aspecto econômico como a cultura política da região. Apesar do significativo grau de heterogeneidade entre os países, a cultura política na região apresenta traços comuns, mais propícios à caracterização de uma cultura submissa do que a uma cultura cívica. O grau de desconfiança interpessoal afeta na crença na honestidade das pessoas e nas instituições.

Contudo, com base na análise de vários indicadores do Latinobarômetro, a autora conclui que o governo militar não é mais visto como uma alternativa à solução de problemas na região. A democracia hoje enfrenta outros desafios, como o terrorismo, tráfico de drogas e o desencanto político, mas nenhum desses parece provocar uma batida na porta dos quartéis. Segundo ela, “*A democracia, por contraste, é a única com que os cidadãos concordam massivamente. É vista como a chance real de ‘redenção’ do mundo; não com a expectativa de produzir um mundo perfeito.*”⁹

⁷ Sobre os conceitos de cidadania ativa e passiva cf. José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Sobre a institucionalização da democracia cf. Norberto Bobbio, *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo, Editora Unesp, 1996.

⁸ Cf. do autor *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro, Record, 2000. p. 36.

⁹ A máscara sorridente da América Latina. *Opinião pública*. Campinas, Vol. VI, 1, 2000, p. 15.

O nível de preferência pela democracia sobre qualquer outro tipo de regime é mais alto do que o nível de confiança declarada a qualquer outra instituição. Enfim, colocada contra o cenário da cultura cívica ocidental e democracia estabelecida, a América Latina parece cinzenta e problemática. Entretanto, se posta contra o cenário do passado da região, a democracia aparece como a única idéia coletiva ao lado do catolicismo. Pode-se predizer, diz a autora, que todo país latino-americano, quaisquer que sejam suas dificuldades, lutará para permanecer ao menos tão democrático quanto tem sido.

Ao analisar as tendências da democracia na América Latina, Inácio Walker sugere uma tipologia, procurando relacionar os dilemas da democracia com a história da esquerda na região. Ele propõe a definição de três modelos de democracia na região: a democracia majoritária; a democracia populista ou plebiscitária; e a democracia consensual ou de acordos.

De acordo com os dilemas da democracia na região (nas décadas de 1970-1970, entre reforma e revolução; nas décadas 1970 e 1980, entre democracia e ditadura; e a partir dessa década, entre democracia e populismo), o autor faz uma classificação da esquerda também em três tipos: a esquerda marxista; a esquerda populista ou neopopulista; e a esquerda social-democrata.

Em sua visão, a democracia consensual ou de acordo apresenta condições melhores de governabilidade democrática, pois reconhece a vigência e supremacia das instituições. Da mesma forma, a esquerda social-democrata ao se basear no apoio às instituições e no funcionamento das regras do jogo democrático é a que mais contribui para o avanço democrático na região.¹⁰

HERANÇAS E DESAFIOS

No momento, um dos problemas centrais na América Latina é como lidar com os grupos armados e guerrilheiros na região e a caracterização ideológica dos mesmos. A prática desses grupos tem ou não alguma semelhança com as guerrilhas na luta contra as ditaduras militares?

Embora se possa criticar a tática das guerrilhas urbanas e rurais na época das ditaduras, pelo isolamento desse tipo de ação, o contexto era outro. Vivia-se sob uma ditadura militar, enquanto que os grupos armados atuais persistem em ambientes democráticos e aliam-se a contravenção. Nas ditaduras militares, mesmo as ações da esquerda armada não eram consensos na esquerda. Boa parte da esquerda criticava a tática do foquismo, porque substituía a ação das massas pela dos grupos armados. Se naquela época essa tática já era questionada, como conviver na democracia com esse tipo de ação?

Embora existam avanços nas tentativas de integração na América Latina, celebrada em 23 maio de 2008, com a criação em encontro no Brasil, com representação de chefes de Estado dos 12 países da região, da União das Nações Sul-Americanas, a Unasul, há falhas e imprecisões quanto à posição em relação aos grupos armados. O Brasil que inegavelmente

¹⁰ Cf. "Qual o caminho da globalização, da democracia e da esquerda na América Latina?" *Política Externa*. Vol. 15, Nº 2. set/out./nov, 2006. Para uma reflexão sobre como a proposta da democracia foi se colocando como alternativa das lutas de esquerda no Brasil ver também Francisco Weffort, *Por que democracia?* São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

exerce um papel de liderança na região tem procurado se omitir em relação à caracterização das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc.

O presidente do Colômbia, Álvaro Uribe não assinou o acordo de criação do Conselho de Defesa Sul-Americana, proposto pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesse encontro, reafirmando sua posição de que espera que a América do Sul não conceda status de organização política às Farc. O discurso dos familiares das vítimas dos seqüestros clama pelo fim do conflito e pela negociação. Nesse contexto, a posição do Brasil é ambígua ao não fazer uma caracterização política das Farc.

A questão é como classificar os grupos guerrilheiros ligados a seqüestros e ao narcotráfico: de terrorismo ou grupos revolucionários? É difícil conciliar essas duas caracterizações. Se forem grupos terroristas não são revolucionários.

Qual a posição do Brasil? Diplomática, negociadora, mas pouco firme na condenação a ação desses grupos. Não é porque esses grupos têm uma base popular que suas ações não podem e não devem ser combatidas. De fato, a posição do Brasil em relação às Farc tem sido: condena os crimes cometidos, mas se recusa a classificar as Farc como organização terrorista.

Há de fato, muitas questões que precisam ser abordadas, embora a criação da Unasul seja a marca mais importante no sentido de comprometer as nações sul-americanas com o projeto democrático.

Finalmente, para concluir, é necessário reconhecer que os avanços democráticos na América Latina são maiores do que os retrocessos. O importante no caso é sempre contrapor o autoritarismo, qualquer que seja sua forma, à democracia, que requer estratégias e táticas próprias. Se o que se almeja passa pela construção do socialismo democrático ou da democracia liberal, os meios inevitavelmente têm que ser democráticos, porque do contrário os fins estarão comprometidos.

De todo modo, a integração entre os países da América do Sul, com a formação da Unasul, fortalece o projeto democrático na região. Essa união leva a se acreditar cada vez mais na capacidade das sociedades e dos governos desses países de optarem por soluções negociadas e pela convivência em um espaço de vida democrático.

Porém, a permanência e o hibridismo de práticas políticas democráticas e autoritárias dão uma configuração contraditória ao processo renovador na região. A existência, por exemplo, da “virtude armada” na Venezuela, como um traço da cultura política naquele país, como se o estar sempre de prontidão para intervir pela força pudesse ser uma virtude, não melhora a qualidade da democracia na região, mas constitui um problema. Traços como esses perpassam a história das culturas na América Latina e mesclam tipos de dominação distintos. Em que pese as distinções, a existência das ditaduras no passado exemplifica a não linearidade dos projetos políticos na região, mesmo que hoje a democracia seja a tendência dominante.

BIBLIOGRAFÍA

- Arendt, Hannah** (1989): *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Bobbio, Norberto** (1996): *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo, Editora UNESP.
- Carvalho, José M. de** (2001): *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Coelho, M. Francisca** (2007): *José Genoio – Escolhas políticas*. São Paulo, Centauro Editora, p. 211.
- Giddens, Anthony** (2000): *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro, Record.
- Lagos, Marta** (2000): *A máscara sorridente da América Latina. Opinião pública*, 1, vol. VI. Campinas, pp. 1-6.
- Neves, Rômulo F.** (2008): *Cultura política e elementos de análise da política venezuelana*. Brasília, Instituto Rio Branco (Dissertação de mestrado. Mimeog.).
- Velásquez, Alejo V.** (2008): “Una convivencia inesperada – Fuerzas Armadas y gobiernos de izquierda em América Latina” en *Nueva Sociedad* 213.
- Walker, Ignácio** (2006): *Qual o caminho da globalização, da democracia e da esquerda na América Latina? Política Externa*, 2, vol. 15.
- Weffort, Francisco** (1984): *Por que democracia?* São Paulo, Editora Brasiliense.